



<https://doi.org/10.51880/ho.v27i01.1417>



O programa Observatório da Imprensa e a série “Chumbo Quente”: testemunhos e a luta por reparação e justiça nos 50 anos do golpe de 1964

Polliana Moreno dos Santos*

ORCID iD 0009-0005-2569-1797

Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Campus IV, Bahia, Brasil

Resumo: Este trabalho apresenta o recorte de uma pesquisa que investigou a memória midiática sobre a atuação da imprensa nos anos da ditadura civil-militar no Brasil, presente em “Chumbo Quente”, série televisiva exibida em 2014, na efeméride dos 50 anos do golpe civil-militar de 1964, produzida pelo programa Observatório da Imprensa, que era apresentado por Alberto Dines, intelectual do jornalismo brasileiro. O contexto de produção e exibição foi influenciado pelos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, instituída pela Lei nº 12.528/2011 e cujo Relatório Final resultou em debates intensos na sociedade. Nesse sentido, analisamos três testemunhos que aparecem na referida série, cujas histórias se entrecruzam, com sentido de reparação e justiça: a advogada Lygia Jobim, a jornalista Hildegard Angel e o ex-delegado do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) Cláudio Guerra. Partimos da análise de “Chumbo Quente” como testemunho audiovisual e da realização de entrevistas com membros do Observatório da Imprensa.

Palavras-chave: Observatório da Imprensa. Chumbo Quente. 50 anos do golpe de 1964. Testemunhos. Reparação.

The Observatório da imprensa program and the “Chumbo quente” series: testimonies and the fight for reparation and justice in the 50th anniversary of the 1964 coup

Abstract: This paper presents a snippet of a research that investigated the media memory regarding the influence of the press during the Brazilian civil-military dictatorship present on *Chumbo Quente*, television series shown in 2014, on the 50th anniversary of the civil-military coup of 1964, produced by the program *Observatório da Imprensa*, which was presented by Alberto Dines, an intellectual in Brazilian journalism. The context of creation and exhibition of this production was influenced by the work of the National Commission of Truth, established by Law nº 12.528/2011 and which final report resulted in fiery debates in society. In that regard, we analyzed three testimonies that show up in the mentioned series

* Doutora em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e mestre em Memória, Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Email: pmoreno@uneb.br.

whose stories intertwined with a sense of reparation and justice: the lawyer Lygia Jobim, the journalist Hildegard Angel and the ex-commissioner of the Department of Political and Social Order (Dops) Cláudio Guerra. We started with the analysis of “Chumbo Quente” as an audiovisual testimony and also with the interviews with members of *Observatório da Imprensa*.

Keywords: *Observatório da Imprensa. Chumbo Quente. 50th anniversary of the coup of 1964. Testimonies. Reparation.*

Introdução

Devemos observar a importância adquirida pelos testemunhos na construção de sentidos históricos, sobretudo aqueles relacionados às questões *sensíveis* do passado recente, como é o caso daqueles sujeitos que passaram por períodos ditatoriais. Nas transições para os momentos de ordem constitucional, mais próximos da democracia, a narrativa desses sujeitos alcança vários significados: o dever de memória, a busca pela justiça, a reparação, o esclarecimento de determinados eventos históricos, a compreensão daquela experiência em nível individual e coletivo e, claro, também estão imbuídos nas disputas políticas pela narrativa do passado.

Por sua vez, os relatos podem aparecer na forma dos livros memorialísticos ou acadêmicos, nas artes de modo geral, na música, em, bem como, na contemporaneidade, na narrativa midiática, primeiro pelo cinema, em todos os gêneros, pela TV e agora pelos meios digitais.

Chegando agora aos 60 anos do golpe civil-militar de 1964, estamos a observar como ocorrerão os embates pela história e memória desse período. Dito isto, neste trabalho apresentamos um recorte de pesquisa em que os testemunhos atuam no sentido de reparação e justiça, os quais estão presentes numa produção televisiva, construída por jornalistas há dez anos, no contexto dos 50 anos do golpe e instalação da ditadura. Trata-se da série “Chumbo Quente”, produzida pelo programa Observatório da Imprensa (OI), da TV Brasil.

Gestado em 1990, o Observatório da Imprensa é uma organização que busca refletir sobre a relação do jornalismo com a democracia, por meio do debate sobre a prática jornalística nas várias mídias, discutindo ética, compromisso, identidade, investigação. Foi idealizado pelo jornalista Alberto Dines, um intelectual do jornalismo brasileiro que atuou em diversos veículos e em grandes jornais, como o *Jornal do Brasil*, a *Folha de São Paulo*, nos anos ditatoriais e que se firmou como uma lenda viva do jornalismo brasileiro.¹

¹ Falecido em 2018 aos 86 anos, teve uma carreira longa no jornalismo brasileiro, conhecido como precursor da crítica de mídia no Brasil. Embora tenha, em 1964, atuado como editor-chefe do Jornal do Brasil, veículo fortemente contrário ao presidente João Goulart, Alberto Dines, em 1968, passa a ser

Sua primeira versão surgiu em 1996, inicialmente como um *website*, nos primórdios da internet no Brasil. Só depois, em 1998, teve sua primeira versão na forma de programa e foi apresentado durante todo esse tempo por Alberto Dines. Nos primeiros anos, o programa foi ao ar pela TV Educativa (TVE) e depois passou a ser exibido pela TV Brasil. Durou exatamente 18 anos e seu último programa foi ao ar em 2016, mas o *site* do OI continua ativo. Ressaltamos que o programa além de pautar assuntos de interesse público também constituiu uma tradição de produzir e exibir especiais históricos sobre vários temas, em que a atividade da imprensa aparece como pano de fundo.

Dentre essas temáticas destacamos os especiais que trataram da atuação da imprensa no período da ditadura civil-militar. Estes datam logo do primeiro ano do programa em 1998, quando o Observatório exibiu um especial sobre os 30 anos do AI-5 e que foi seguido de outros.² Por sua vez, duas outras características dos especiais do OI, sobretudo dos que trataram desses assuntos, eram a participação de testemunhos, pessoas que vivenciaram determinados fatos e também a presença de pesquisadores acadêmicos, especialmente historiadores.

Em 2014 o Observatório leva ao ar pela TV e pela internet o especial “Chumbo Quente”, documentário televisivo que trata do papel desempenhado pela imprensa brasileira, antes, durante o golpe e nos 21 anos de ditadura, seguindo a linha de analisar criticamente o papel do jornalismo. Com quatro episódios de 40 a 50 minutos cada um, a referida produção aborda a atuação dos jornais que apoiavam o presidente João Goulart e os que lhe faziam oposição, como esses se posicionaram nos dias do golpe até o final do regime ditatorial. Também retrata como alguns desses veículos sucumbiram, enquanto outros prosperaram, os que passaram de apoiadores a críticos e aborda a censura, a autocensura, a perseguição, a prisão e a morte de jornalistas.

Nessa narrativa, os testemunhos são fundamentais para a construção da história da imprensa no contexto do golpe civil-militar de 1964 e da ditadura. Embora tenham uma preponderância e, portanto, reforcem uma temporalidade, eles não falam sozinhos, tendo em vista que se articulam com os outros recursos audiovisuais, tais como: os documentos, a iconografia, a figura do narrador, o som e o trabalho de edição que dão sentido histórico àquela experiência. Ao refletir sobre os documentários históricos, Robert Rosenstone (2010) afirma que, independente de qual seja a forma assumida por estes, o fato é que o gênero mobiliza uma historiografia e noções de história e, portanto, se vincula a um determinado campo de estudos. Assim, “[...] o documentário histórico se insere inevitavelmente no discurso histórico mais amplo, aquele campo de dados e debates que circunda o seu tema” (Rosenstone, 2010, p. 115).

Tomando essa noção de ampliação do discurso histórico, apontada por Rosenstone,

crítico e alvo do regime até os anos 1980. Seu nome é ligado a uma memória de resistência à ditadura, porém, no contexto dos 50 anos do golpe, também foi confrontado por esse passado.

² Podemos citar como exemplo os especiais sobre os jornais: *Correio da Manhã* (1999); *Jornal do Brasil* (2001) e *Última Hora* (2011) que tratam desses jornais com ênfase na última ditadura e os especiais Vladimir Herzog, a imprensa nos porões da ditadura (2005) e Vladimir Herzog: 40 anos da morte (2015).

podemos afirmar que, por meio dessas produções, em especial os documentários televisivos, sujeitos e setores que tiveram papel ativo na conjuntura do golpe e da ditadura instaurada em 1964 puderam recontar sua história e se inserir no campo das disputas de memória. Portanto, a série “Chumbo Quente”, produzida pelo Observatório da Imprensa no contexto dos 50 anos do golpe é uma dessas formas do jornalismo rememorar, avaliar, analisar sua atuação, trazendo-a para o debate público, demarcando posições, ao mesmo tempo que reinscreve no tempo as narrativas que conta para si.

Nesta pesquisa partimos de duas premissas: primeiro a análise do audiovisual “Chumbo Quente”, observando a construção da narrativa histórica pela inserção dos testemunhos. Em segundo, por meio das entrevistas com membros do OI, as jornalistas Lilia Diniz e Zezé Sack, buscamos compreender os mecanismos para a seleção desses testemunhos, bem como aspectos da produção desse documentário televisivo que estão intrinsecamente relacionados com a própria forma de atuação do programa e do seu apresentador na tentativa de também compor uma história oral.

Nesse sentido, o que apresentamos neste artigo é o relato testemunhal, cuja função se relaciona diretamente com a busca por verdade, justiça e reparação por meio da participação de sujeitos que estiveram, paradoxalmente, em posições opostas nos anos da ditadura, mas integram a série, comprometidos com a elucidação de desaparecimentos e mortes. É o caso da jornalista Hildegard Angel, da advogada Lygia Maria Jobim e do senhor Cláudio Guerra, ex-delegado do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), ambos diretamente envolvidos de algum modo nos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Testemunho, Reparação e Justiça

Tendo em vista a importância que os testemunhos adquirem na contemporaneidade, no caso em questão, para a efetivação da justiça, reparação dos crimes e consolidação da democracia, no que toca às transições dos regimes autoritários, como no caso dos países do Cone Sul, esses passam a ter também uma importância na esfera pública e midiática de modo que o testemunho audiovisual porta uma plausibilidade complexa para ser questionada (Jelin, 2002; Sarlo, 2007). Por sua vez, os testemunhos partem de sujeitos que podem ser também agentes/empreendedores da memória no sentido proposto por Elizabeth Jelin (2002) à medida que promoveram e/ou continuam realizando, no presente, trabalhos de memória, isto é, ações de perpetuação, comunicação dos sentidos desse passado e cujo papel “[...] é central na dinâmica dos conflitos ao redor da memória pública” (Jelin, 2002, p. 51, tradução nossa).³

No que tange ao testemunho e sua capacidade de *resgatar* o passado, recorreremos

³ No original: “[...] es central en la dinámica de los conflictos alrededor de la memoria pública”.

ao argumento de que esse não pode apreender a experiência como ela de fato ocorreu e, portanto, o relato testemunhal é uma tentativa de dar sentido à experiência (Jelin, 2002; Sarlo, 2007). Por sua vez, para falar ou mesmo silenciar, a testemunha aciona a memória em função do presente e seu contexto, sendo que o tempo presente mobiliza o conteúdo, a forma e ações do testemunho (Jelin, 2002; Aróstegui, 2004; Sarlo, 2007; Sá, 2007). Desse modo, afirmações no sentido de “apuração do que aconteceu”, “esclarecer o passado”, “não se amedrontar frente à sombra da ditadura”, representam uma conclamação, um imperativo, sobretudo para as gerações do presente e do futuro, completado meio século da ocorrência do golpe de 1964.

As expressões acima se referem a trechos das falas que abrem “Chumbo Quente”. Por meio delas se manifestam o teatrólogo Ferreira Gullar, que foi presidente do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC-UNE) à época do golpe, fez parte dos movimentos culturais de resistência e foi exilado durante a ditadura; a jornalista Hildegard Angel,⁴ irmã de Stuart Angel Jones, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), preso e assassinado em 1971, filha da estilista Zuzu Angel, também assassinada em 1976; e igualmente se manifesta a advogada Lygia Jobim,⁵ filha do embaixador José Jobim, sequestrado e morto em 1979.

Diante das várias temáticas abordadas na série Chumbo Quente, a luta por reparação e justiça se faz presente em duas situações emblemáticas narradas através dos testemunhos. Primeiro, da advogada Lygia Jobim e da jornalista Hildegard Angel:



Figura 1 – Testemunhos com sentido de reparação em “Chumbo Quente”
Fonte: Chumbo Quente III – Observatório da Imprensa (2015).

⁴ Hildegard Beatriz Angel Bogossian fez teatro e trabalhou como atriz no teatro, no cinema e na TV nas décadas de 1960 e 1970. A partir dos anos 1980 passou a atuar como colunista social no jornal O Globo. Em 1993 fundou o Instituto Zuzu Angel. A partir de 2003 passou a ser colunista do Jornal do Brasil. Mantém um blog próprio, no qual escreve sobre a sociedade carioca, temas variados e a política nacional. Por ocasião do centenário de Zuzu Angel, em 5 de junho de 2021, Hildegard, junto com o cantor Chico Buarque, concedeu uma entrevista ao programa “Estação Sabiá”, do canal 247 no YouTube, ambos falando das suas memórias sobre Zuzu Angel naquele período. Apresenta o programa “Conversas com Hildegard”, também no 247. Infomações no site da jornalista e no site do Instituto Zuzu Angel.

⁵ Lygia Maria Collor Jobim faz parte dos coletivos de Direitos Humanos “Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça” e “Memória, Verdade, Justiça e Reparação”. Foi casada com o editor Ênio da Silveira. Em meados de 2020, Lygia Jobim entrou com uma ação civil contra a então Secretária de Cultura do governo federal, a atriz Regina Duarte, por declarações que esta fez numa entrevista ao canal de televisão CNN, consideradas como apologia à ditadura e à tortura.

Na Figura 1, acima, as duas primeiras imagens são de pessoas que lutam por memória, justiça e reparação para os seus familiares. Em segundo, por sua vez, também compõe essa temática a participação do ex-delegado do Dops, Cláudio Guerra, que após anos de silêncio decidiu se expor e falar sobre sua participação em vários casos de desaparecimento e morte:

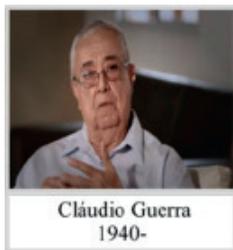


Figura 2 – Testemunho com sentido de Reparação em “Chumbo Quente”
Fonte: Chumbo Quente III – Observatório da Imprensa (2015).

Na Figura 2, aparece um personagem que teve papel importante para os órgãos de repressão e disposto a contar tudo que sabia sobre desaparecimentos e mortes de militantes opositores ao regime. Suas narrativas também estão inseridas na cenário em que a Comissão Nacional da Verdade concluía seus trabalhos e dos intensos embates, que se deram na sociedade, em torno da memória.

Os testemunhos de Lygia Jobim e Hildegard Angel na série “Chumbo Quente”

A advogada Lygia Jobim narra em “Chumbo Quente” o desaparecimento e a morte do seu pai, o embaixador José Jobim⁶, em 24 de março de 1979, após este declarar em público ter posse de documentos que provavam corrupção na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Ocorre que em fevereiro de 1964 José Jobim foi designado pelo presidente João Goulart para conversar com autoridades paraguaias sobre o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná, na altura das Sete Quedas. Como resultado da missão, Jobim elaborou um relatório que recomendava a construção da usina. Para baixar os custos, no projeto original as turbinas seriam importadas da União Soviética (URSS). Após o golpe militar de 1964, o projeto foi primeiramente engavetado e retomado só alguns anos depois, no entanto, as turbinas foram compradas

⁶ José Pinheiro Jobim (1909-1979) era economista e diplomata. Ingressou no Itamaraty em 1938 e se aposentou em 1975. Atuou no consulado brasileiro e como embaixador em pelo menos 11 países.

de uma multinacional alemã por um preço muito maior.

Já aposentado, em 15 de março de 1979, por ocasião da solenidade de posse de um colega diplomata, quando o presidente Antônio Figueiredo também foi empossado, José Jobim teria dito em público que estava escrevendo um livro de memórias, no qual, entre outras coisas, ele falaria do superfaturamento na construção de Itaipu e que tinha consigo documentos que comprovavam o fato. Poucos dias depois, em 22 de março, ao sair de casa seu carro foi interceptado por dois homens armados que o sequestraram. Em 24 de março, seu corpo foi encontrado preso a uma árvore, com sinais de machucados, simulando um suicídio por enforcamento. Desde o primeiro momento a família contestou a versão da polícia.

Desse modo, em “Chumbo Quente” Lygia Jobim relata sua indignação diante do fato da imprensa, naquele momento, ter corroborado com a versão forjada pela polícia de que o pai havia se suicidado por enforcamento. Em sua fala, aponta justamente para a dificuldade que enfrentou, durante anos, para a resolução do caso:

Meu objetivo não é saber quem roubou Itaipu. Eu quero saber quem matou meu pai. Eu não sei quem foi, eu sei que isso com certeza dificulta muito porque se você era terrorista naquela época, aquilo acabou ali, não prosseguiu. O caso de papai, não. Todo mundo que foi beneficiado continua, eles estão presentes, eles estão atuantes. (Chumbo Quente III – Observatório da Imprensa, 2015, 43:36).

Sua fala demonstra como a falta de solução dos casos torna inacabável, para os familiares, a busca por justiça, numa atualização contínua e presentificada. Embora Lygia não seja jornalista, a equipe do Observatório achou por bem contar sua história, principalmente em função da cobertura que a imprensa deu à época. Inclusive, a própria Lygia Jobim procurou a equipe do OI contando seu caso: “[...] ela foi uma coisa nova pra gente, embora o caso dela não foi só um jornalista, né? O pai dela não era jornalista, mas havia muito da questão da imprensa embutida ali dentro. E eu lembro que Lygia que procurou a gente para falar” (Diniz, 2019). Acontece que o reconhecimento do homicídio só se deu em 1985, mas o caso foi considerado como insolúvel e acabou sendo arquivado.⁷

Em setembro de 2013, Lygia Jobim depôs na Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, a qual atuou em parceria com a Comissão Nacional da Verdade (CNV), ouvindo mais testemunhas, buscando e cruzando documentos. Embora ainda não se tenha chegado aos nomes dos sequestradores, dos assassinos, nem dos mandantes, na conclusão dos trabalhos da CNV em 2014 e na divulgação do Relatório Final (volumes 1 e 3), confirmam-se as circunstâncias da morte e a causa, apontando a cadeia de órgãos envolvidos na morte e na obstrução da justiça, frente à falsa versão do suicídio. Assim, é imputada a responsabilidade, como um dos autores de violação a

⁷ Informação disponível no *site* do projeto Memórias Reveladas.

Direitos Humanos, Roberto Blanco dos Santos, médico legista do Instituto Médico Legal (IML/RJ), que emitiu o laudo necroscópico fraudulento do embaixador, assim como de outras sete pessoas mortas em circunstâncias suspeitas na década de 1970 (Brasil, 2014a, p. 924).

O documento afirma que o crime dificilmente poderia ter sido cometido por uma organização criminosa composta “exclusivamente por particulares”, dado que estes não poderiam agregar os meios materiais e imateriais que possibilitaram as condições do sequestro de uma pessoa pública:

[...] a) luz do dia num bairro residencial; b) mantê-lo vivo por dois dias e meio, em local jamais descoberto; c) interrogá-lo sob tortura; d) influenciar no inquérito e no laudo pericial vicidado; e) influir na decisão do Ministério Público Estadual de não investigar a autoria do homicídio, depois de haver afastado in limine, e de forma categórica, a hipótese de suicídio. (Brasil, 2014c, p. 1926).

Desse modo, o relatório aponta que dadas as condições da morte do embaixador, o cenário e a semelhança com outros casos ocorridos durante o governo do general Baptista Figueiredo, citando o exemplo do jornalista Alexandre Von Baumgarten, igualmente sequestrado, torturado e assassinado em 1982, na série de graves violações aos Direitos Humanos:

[...] o sequestro do embaixador José Pinheiro Jobim, em 22 de março de 1979, transcorridos apenas sete dias da posse do general Figueiredo na Presidência da República, foi o primeiro crime a ser perpetrado, em ordem cronológica. Suas características [...] levam-nos a crer que se tenha tratado de um crime de Estado, consumado por motivação exclusivamente política. (Brasil, 2014c, p. 1926).

E o documento ainda argumenta que não seria surpresa que o crime efetivamente se conectasse ao medo da repercussão pública que o livro, o qual embaixador pretendia escrever sobre Itaipu, poderia causar em amplos setores e no meio militar, pois

Não bastasse, o regime militar enfrentava a oposição do MDB [Movimento Democrático Brasileiro], no Congresso Nacional, e de entidades representativas da sociedade civil à implementação do Acordo Nuclear com a República Federal da Alemanha, objeto por igual de forte pressão diplomática internacional. Já em fase crepuscular, mas empenhada num projeto de conservação do poder, temperado por limitada abertura política, a ditaduramilitar considerava Itaipu um ativo estratégico de suma importância, cuja conclusão teria de ser alcançada a qualquer preço. (Brasil, 2014c, p. 1626).

Por fim, uma vez identificadas as circunstâncias e as motivações do assassinato, o documento recomenda a continuidade das investigações indicando mais testemunhas,

isto é, nomes de pessoas que surgiram durante os trabalhos da CNV, para que pudessem ser ouvidas. Em dezembro de 2017, depois que a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) publicou a Resolução nº 2 sobre a retificação de atestados de óbito das pessoas reconhecidas como mortas ou desaparecidos políticos, Lygia Jobim entrou com um pedido junto à CEMDP solicitando a retificação da certidão de óbito do pai. Em 2018, finalmente ela conseguiu a correção do atestado de óbito. Comocausa da morte, onde antes informava-se como indefinida passou a constar que o falecimento ocorreu em 24 de março de 1979, na cidade do Rio de Janeiro, também “[...] em razão de morte não natural, violenta, causada pelo Estado brasileiro, no contexto da perseguição sistemática e generalizada à população identificada como opositora política ao regime ditatorial de 1964 a 1985” (Certidão de Óbito de José Jobim, 13 de setembro de 2018).⁸

O outro relato com sentido de reparação, tratado em “Chumbo Quente”, é o da jornalista Hildegard Angel. Ela é uma das irmãs mais novas de Stuart Angel Jones, militante do MR-8 preso e assassinado pelo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) no aeroporto do Galeão, em 1971, e filha da estilista Zuzu Angel, também morta num suspeito acidente de carro em abril de 1976, justamente depois de ter, por cinco anos, confrontado as autoridades militares em busca do paradeiro do filho, ter em mãos provas da tortura e assassinato deste e estar sofrendo ameaças.⁹ A história da estilista foi lembrada em forma de música na canção “Angélica” (1981), de Chico Buarque, contada no livro biográfico *Eu, Zuzu, procuro meu meu filho* (1986), escrito por Virginia Valli, e foi transportada para o cinema no filme *Zuzu Angel* (2006), do diretor Sérgio Rezende.

Em “Chumbo Quente”, Hildegard Angel fala emocionada das memórias da mãe e da luta destapara encontrar o filho. A filha de Zuzu Angel depôs na CNV em maio de 2014.¹⁰ Dois meses depois, Cláudio Guerra, ex-delegado do Dops do Espírito Santo, também depõe esclarecendo vários casos de desaparecimento e morte, assim como as circunstâncias do acidente da estilista. Ele afirmou que foi um crime orquestrado, reconhecendo a presença de um agente do Serviço Nacional de Informações (SNI) numa fotografia tirada no local, depois do acidente.¹¹ Desse modo, o relatório atesta a

⁸ República Federativa do Brasil, Registro Civil das Pessoas Naturais, Mat.089250.01.55.1989.4.00337.032.0011879-74. RIO DE JANEIRO. O documento pode ser encontrado no site Prerrô, do Grupo Prerrogativas, coletivo de advogados que reflete e divulga ideias progressistas sobre temas do direito e da sociedade.

⁹ Um ano antes de sua morte, a estilista enviou uma carta a amigos próximos falando das ameaças que vinha sofrendo e pediu que a carta fosse divulgada caso algo grave lhe acontecesse ou fosse morta. Logo após o acidente, a correspondência foi enviada aos grandes jornais para que fosse divulgada. Ao que consta, o único meio a tratar da carta de Zuzu Angel foi a coluna “Jornal dos Jornais”, de Alberto Dines, na Folha de São Paulo. Em texto intitulado “Na área da violência e da coragem”, publicado em 25 de abril de 1976, a coluna tratou do caso de Zuzu Angel, elogiou uma reportagem da Veja em homenagem à estilista, destacou trechos da carta e questionou a não publicação do documento pelos jornais.

¹⁰ Depoimento prestado no dia 7 de maio de 2014. Arquivo CNV: 00092.001160/2014-73.

¹¹ Depoimento no dia 23 de julho de 2014. Arquivo CNV: 00092.001686/2014-88.

autoria do crime, responsabilizando agentes da repressão, nos seguintes termos:

O envolvimento direto de agentes da repressão na morte de Zuzu Angel foi confirmado à CNV pelo ex-delegado do DOPS/ES, Cláudio Antônio Guerra. Ele apontou o então major Freddie Perdigão Pereira,¹² lotado na agência Rio de Janeiro do SNI, como o responsável pelo atentado que matou a estilista. Guerra, que trabalhou em várias ações clandestinas sob o comando de Perdigão, confidenciou ter ficado preocupado, pois havia sido fotografado na cena do crime: “Éramos confidentes, frequentávamos a casa um do outro. Um dia ele me disse que havia planejado simular o acidente dela [Zuzu Angel], e estava preocupado, pois achava que havia sido fotografado na cena do crime”. Guerra apresentou a imagem, uma fotografia em preto e branco do fotojornalista Otávio Magalhães, de O Globo, que não chegou a ser publicada à época. Perdigão aparece à paisana, encostado em um poste, com uma camisa clara, levando a mão direita ao rosto, olhando para o carro da vítima. (Brasil, 2014a, p. 658).

O documento também afirma que a CNV, durante o trabalho de investigação, solicitou ao Ministério da Defesa e ao Comando do Exército uma fotografia de Freddie Perdigão para fins periciais. A tentativa não foi bem-sucedida, pois, segundo consta no relatório, o Comando do Exército alegou não possuir registro fotográfico de seus agentes (Brasil, 2014c, p. 1838-1839).

Narrando suas memórias sobre o caso, Hildegard se posiciona a respeito do depoimento do ex-delegado Cláudio Guerra na CNV, quando este esclarece fatos sobre a morte de sua mãe. Para a jornalista, mesmo reconhecendo o depoimento como impressionante, relata, pesarosa, não lhe ter causado surpresa: “Parecia que eu estava vendo um *replay*! Eu não tive uma forte emoção porque pra mim era um fato passado, era um fato de antigamente. Não era uma novidade, não era uma conquista! Era um fato. Era um jornal velho” (Chumbo Quente III - Observatório da Imprensa, 2014, 40:48).

Sua fala remete ao fato de já conhecer, por anos a fio, o contexto da morte da mãe e do irmão, representativa do tipo de elaboração do luto daqueles que perdem os familiares nessas circunstâncias: um luto inacabado (Jelin, 2002; Sarlo, 2007). Em 1997, a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos havia negado o pedido de reconhecimento do assassinato, feito por Hildegard Angel. No entanto, no ano seguinte, a CEMDP reviu sua decisão por meio de um pedido de reconsideração do caso. Na ocasião, membros da Comissão ouviram testemunhas cujos relatos refutavam a versão do laudo oficial, recolheram novos documentos e solicitaram uma nova perícia que contrastou totalmente com a versão oficial de 1976. Conforme o Pedido de Reconsideração do Processo de Zuzu Angel, documento encaminhado pelo advogado Luís Francisco da Silva Carvalho Filho, um dos membros da CEMDP:

¹² Freddie Perdigão Pereira era Major do Exército, agente do SNI no Rio de Janeiro. Também é responsabilizado por outros crimes no Relatório Final da CNV.

O fato é que o panorama probatório mudou drasticamente desde a nossa decisão. Surgiram novas e relevantes evidências. Fora da perspectiva política, não há explicação razoável para a falsidade da versão oficial. Minha convicção íntima é a de que Zuleika Angel Jones foi vítima de atentado político. Não estava detida em estabelecimento prisional, contudo, a rede de indícios demonstra que seu veículo foi interceptado e ela, em consequência, eliminada. Para tanto, Zuzu Angel estava na esfera de domínio dos autores do delito. É o que basta para o reconhecimento de seu nome para os fins da lei 9.140/95. Voto pela reconsideração da decisão anterior. (Carvalho, 1998 *apud* Teles, 2001, p. 361).

Desse modo, após a avaliação do pedido, em 25 de março de 1998, reconheceu-se o assassinato de Zuzu Angel como crime motivado por razões políticas, bem como a responsabilização do Estado por sua morte. Em 2008, Hildegard Angel e sua irmã Ana Cristina Angel entraram na justiça com um pedido de indenização por danos morais causados pelas mortes do irmão e da mãe. Só em setembro de 2019 o motivo da morte foi modificado nas certidões de óbito de ambos, constando a seguinte infomação: “Em razão de morte não natural causada pelo Estado brasileiro no contexto da perseguição sistemática e generalizada à população identificada como opositora política ao regime Ditatorial de 1964 a 1985”. É possível acessar as certidões no acervo documental digital do Instituto Zuzu Angel.¹³ Em meados de 2020 a justiça determinou que a União pagasse a indenização às irmãs, não cabendo recurso.

Claudio Guerra, o Ol e "Chumbo Quente": memórias de um matador arrependido

Por último, situando-se também no sentido de esclarecimento dos fatos em “Chumbo Quente”, mas como alguém que perpetrou crimes naquele período, é a participação do ex-delegado do Dops no Espírito Santo, hoje pastor Cláudio Guerra. Único dessa natureza na série, fala sobre como trabalhou, junto com outros, no extermínio e no desaparecimento de militantes opositoristas ao governo. Ao mesmo tempo, é um exemplo do trabalho do Observatório de investigação, checagem e aprofundamento nos temas históricos abordados.

Primeiramente, o ex-delegado do Dops é um personagem cujas lembranças serviram para a escrita do livro intitulado *Memórias de uma Guerra Suja*, lançado em 2012, escrito pelos jornalistas Marcelo Netto e Rogério Medeiros. Nele, Guerra narra

¹³ CERTIDÃO DE ÓBITO (Inteiro Teor), Zuleika Angel Jones. 6 de setembro de 2019. República Federativa do Brasil, Registro Civil das Pessoas Naturais, Mat.043145.01.55. 1976.4.00384. 151.0001376.55. RIO DE JANEIRO; CERTIDÃO DE ÓBITO (Inteiro Teor), Stuart Edgar Angel Jones. 6 de setembro de 2019. República Federativa do Brasil, Registro Civil das Pessoas Naturais, Mat. 093145.01.55.2019.1.01122.060.0291621.01. RIO DE JANEIRO.

em detalhes uma série de execuções, atentados e desaparecimentos de militantes da esquerda em que se envolveu nos anos da ditadura civil-militar. Traz também nomes de pessoas assassinadas, civis, militares, policiais envolvidos e os locais onde ocorreram determinados crimes. Segundo os autores do livro, embora fosse impossível determinar exatamente a quantidade de mortes nas quais Guerra esteve envolvido, afirmam que, sem exagero, estaria em torno de uma centena aquelas nas quais ele atuou de forma direta ou indireta. Também os autores apontam que este foi um dos principais operadores da chamada linha-dura do regime: “[...] um agente secreto que nunca esteve em listas de entidades de defesa de direitos humanos e de torturadores, até porque não torturava. Matava. Guerra começou a eliminar esquerdistas no início de 1973” (Guerra; Netto; Medeiros, 2021, p. 29).

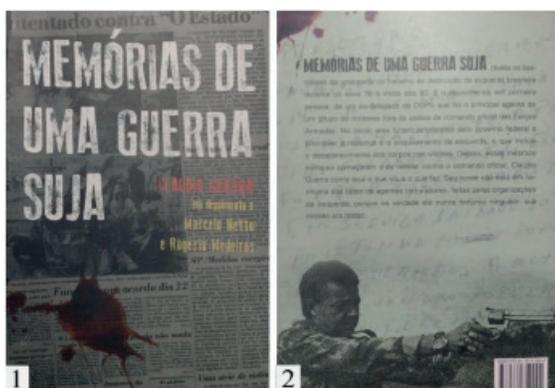


Figura 3 – Capa e Verso do livro *Memórias de uma Guerra suja* (2012).
Fonte: Guerra, Netto e Medeiros (2012).

Memórias de uma guerra suja é dividido em sete partes que narram: a trajetória de Cláudio Guerra como matador; uma síntese de 15 anos da sua participação na luta contra a esquerda; o seu perfil autobiográfico; o esclarecimento sobre mortes nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife; cemitérios clandestinos, chacinas e eliminação de corpos; a cadeia de comando da repressão; a estrutura da repressão com informantes, financiadores que sustentavam operações nacionais e internacionais como a Operação Condor; e o envolvimento de Cláudio Guerra e outros nos atentados arquitetados pelo grupo contrário à abertura do regime pelo presidente Ernesto Geisel, como a bomba no Riocentro, sequestros, tentativas de assassinato de políticos e mortes.

Cabe destacar que o livro foi um assunto debatido no Observatório por ocasião do seu lançamento, justamente quando se iniciaram os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, portanto, abria-se uma perspectiva de que não só Cláudio Guerra fosse depor na CNV quanto o livro pudesse ajudar a comissão na elucidação de casos. Na realidade,

os próprios autores o indicam à CNV, com essa perspectiva. Reconhecem que esse era apenas um começo e que mesmo com a importância do depoimento de um informante como Cláudio Guerra, o trabalho de investigação dos crimes no regime militar seria bastante complexo. Nesse sentido alertam:

[...] A Comissão Nacional da Verdade, criada pela presidente Dilma Rousseff, poderá compor uma vasta pauta de trabalho a partir deste livro: para tanto, bastará ler seus relatos e organizar as investigações. Mas é fato que, se não indicarem para a tarefa pessoas maduras, isentas e equilibradas, inteligentes e objetivas e com capacidade de investigação, não se chegará a muito mais do que está aqui. Se a escolha recair sobre cidadãos mais interessados em aparecer nos jornais usando a Comissão Nacional da Verdade como trampolim, tudo acabará em espuma midiática[...]. (Guerra; Netto; Medeiros, 2012).¹⁴

Retomando o debate do Observatório, o apresentador Alberto Dines conversou, ao vivo, com os autores do livro e com a jornalista Rose Nogueira, que na época era presidente do Grupo Tortura Nunca Mais. Também foi intercalado com depoimentos gravados do advogado Wadih Damous, então presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio de Janeiro, o jornalista Bernardo Kucinsky, Hildegard Angel, Vera Paiva, filha do deputado Rubens Paiva, desaparecido em 1971. Estes foram entrevistados para falar da possível importância do livro para o esclarecimento de casos não solucionados. A nosso ver, esses procedimentos sugerem uma tentativa de obter um certo aparato justificador da utilização pública do material contido no livro e que também legitimasse chegar a esse polêmico personagem principal.

Em junho de 2012, Cláudio Guerra foi entrevistado por Alberto Dines pela primeira vez. Nessa entrevista, a primeira concedida para um veículo fora do Espírito Santo, ele expõe os motivos pelos quais resolveu falar. Primeiro, alegando uma motivação de cunho religioso, já que há alguns anos havia se convertido e se tornara pastor evangélico. Segundo, que se assegurava na Lei da Anistia. Também retoma informações contidas no livro, afirmando seu compromisso com os familiares das vítimas e até responde questões destes que são levadas pelo entrevistador. É peculiar que, pautado principalmente pela Lei da Anistia e pela prescrição temporal dos crimes, Guerra apela para que seus contemporâneos, antigos companheiros, também fizessem como ele e contassem o sabiam.¹⁵

De 2012 a 2014 ele prestou seu depoimento por quatro vezes à Comissão Nacional da Verdade e no entremeio, em janeiro de 2013, também depôs na Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara, de Pernambuco (PE).¹⁶ Seu

¹⁴ Orelha do livro Memórias de uma guerra suja.

¹⁵ A entrevista está no site da TV Brasil e no canal da TV Brasil no YouTube.

¹⁶ Arquivos CNV: 00092.003272/2014-93; 00092.001686/2014-88; 00092.000616/2014-11; 00092.001190/2012-42; 00092.003155/2014-20. O depoimento de Cláudio Guerra, feito em 23 de julho de 2014, bem como as diligências aos locais indicados por ele encontram-se no canal da CNV no YouTube.

depoimento e o livro constam no levantamento de fontes do Relatório Final da CNV. As informações fornecidas por ele ajudaram na elucidação não só do caso de Zuzu Angel, como visto anteriormente, mas de vários outros crimes.¹⁷

A esse respeito, um fato emblemático é o seu relato polêmico sobre a incineração de vários corpos nos fornos da usina Cambahyba, em Campo dos Goitacazes no Rio de Janeiro, justamente para não deixar pistas, contado em *Memórias de uma guerra suja* e ratificado no depoimento à CNV. Na época, foi motivo de controvérsia com familiares do proprietário da usina na época, o senhor Hely Ribeiro Gomes.¹⁸ Segundo consta no próprio Relatório da Comissão, estes contestaram o fato, alegando que os corpos não caberiam nos fornos e que Cláudio Guerra não tinha qualquer relação com o então dono da Cambahyba. No entanto, o Relatório aponta as evidências da veracidade do relato, visto que:

Em diligência da CNV na usina Cambahyba, em agosto de 2014, peritos apuraram que Cláudio Guerra aparentemente mantinha relações com funcionários que lá trabalhavam na década de 1970. Além disso, duas informações obtidas pela equipe pericial da CNV reforçam a verossimilhança das declarações do ex-delegado: a data de fabricação das caldeiras (1974, segundo placa instalada no local) e o tamanho das portas dos fornos, suficiente para a colocação de um ou mais corpos. Também ficou constatado que os fornos alcançavam temperaturas eficientes para a queima de corpos. (Brasil, 2014a, p. 521-522).

Para além desse caso, a nosso ver bem chocante, o nome de Cláudio Guerra aparece em várias outras passagens do Relatório, trazendo informações sobre a Operação Bandeirante (Oban) e o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna de São Paulo (DOI-Codi/SP), sobre a expedição realizada por agentes do Estado para matar indígenas no sul do Pará e da Bahia nos anos 1970 (CNV, VOL 2, 2014 p. 210), aponta nomes de pessoas e instituições civis, até bancárias, que colaboraram com a ditadura, captando recursos junto a civis, financiando ações,

¹⁷ Entre os quais, os assassinatos de: Joaquim Pires Cerveira, João Batista Rita, Manoel Aleixo da Silva, Ronaldo Mouth Queiroz, ocorridos em 1973; de Ana Rosa Kucinski e seu esposo Wilson Silva, David Capistrano da Costa, Eduardo Collier Filho, Fernando de Santa Cruz, Ieda Santos Delgado, João Massena Melo, José Roman, Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto, todos em 1974. Nestor Vera, no ano de 1975, e outros. Vários desses, segundo o ex-delegado do Dops, teriam tido os corpos incinerados em fornos numa usina de açúcar para não deixar pistas.

¹⁸ Hely Ribeiro Gomes (1925-1992). Político, fez parte do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e exerceu o cargo de Deputado Federal em 1959. Mesmo fazendo parte do PTB, conforme o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) foi um dos poucos trabalhistas filiados à Ação Democrática Parlamentar (ADP), bloco interpartidário, udenista, que fez oposição ao governo de Goulart até a sua queda em 31 de março de 1964. Em 1968 tornou-se Vice-governador bionico do antigo estado do Rio de Janeiro, na gestão de Jeremias Fontes (1967-1971) da Aliança Renovadora Nacional (Arena). Em 1972, após derrota eleitoral, parou de se candidatar a cargo eletivos, dedicando-se apenas à direção da Companhia Usina Cambahyba. Ver verbete do Dicionário Biográfico do CPDOC/FGV.

premiando em dinheiro aqueles que capturavam e assassinavam opositores do regime, mas também por isso sendo recompensados com favores estatais. Assim, são citados no Relatório organizações como o Banco Mercantil e o Sudameris de São Paulo e os civis, por meio da narrativa de Guerra:

Sebastião Camargo, por exemplo, da empreiteira Camargo Corrêa, um dos maiores mantenedores da ‘caixinha da Oban’, conseguiu contratos para a construção de grandes obras públicas, como a Ponte Rio-Niterói. Camilo Cola, dono da Viação Itapemirim e deputado capixaba pela Arena, foi também um grande contribuinte, cumprindo a tarefa de arrecadar recursos em outras empresas, como a Gasbrás e a White Martins. (Brasil, 2014b, p. 333).

Sem contar sobre as evidências dos civis que compareciam aos locais de repressão, tais como Henning Albert Boilesen, empresário dinamarquês naturalizado brasileiro, presidente do Grupo Ultragaz,¹⁹ que frequentava a Operação Bandeirante e assistia às sessões de tortura. E, por fim, o Relatório da CNV informa acerca dos esclarecimentos de Cláudio Guerra sobre as conexões internacionais na captura de militantes no Cone Sul, como a Operação Condor, no sequestro do major Joaquim Pires Cerveira, na Argentina.

Em sua participação em “Chumbo Quente”, Cláudio Guerra retoma alguns temas dos depoimentos à CNV e recomenda novamente que o seu exemplo deveria ser seguido, ou seja, que outros envolvidos nesse processo, no caso as Forças Armadas, deveriam dialogar com os familiares das vítimas para o esclarecimento dos casos. Assim, ele reafirma que “Não tem como restituir as vidas que foram tiradas, mas posso cooperar para o esclarecimento da verdade e reconhecer que foi um erro” (Chumbo Quente III – Observatório da Imprensa, 2015, 9:14). Faltando alguns meses para o encerramento dos trabalhos da CNV, o Observatório exhibe, em setembro de 2014, outra entrevista com Claudio Guerra, intitulada “Cláudio Guerra, um matador arrependido”. Ao que tudo indica, a aparição deste em “Chumbo Quente” é um recorte dessa entrevista, feita meses antes da conclusão da série.

Por sua vez, podemos dizer que a participação de Cláudio Guerra nas produções do Observatório da Imprensa é um exemplo do trabalho de investigação, checagem, da preocupação jornalística com o contexto presente e também com o aprofundamento histórico desse programa. Segundo Lilia Diniz (2019) e Zezé Sack (2019), integrantes do Observatório, inicialmente, a equipe não tinha conhecimento da existência do ex-delegado. Souberam primeiro a respeito do livro e que Guerra estaria disposto a contar sua história. A partir daí iniciaram um trabalho investigativo para encontrá-lo. Depois

¹⁹ Presidiu o Grupo Ultragás nos anos de 1960. Seu nome aparece como alguém que participou fortemente da perseguição aos opositores do regime militar em São Paulo, dando apoio financeiro à Oban. Em 1971 foi morto por membros da Ação Libertadora Nacional (ALN). Sua história é contada no documentário Cidadão Boilesen (2009). Ver informações no site Memórias da Ditadura.

de apurada a seriedade da história, Alberto Dines foi pessoalmente ao Espírito Santo para entrevistá-lo em 2012.

Segundo Lília Diniz, ela descobriu a história de Cláudio Guerra quando foi ao Espírito Santo fazer um programa sobre a forma como a imprensa daquele estado lidava com o poder econômico. Em conversas com jornalistas soube reservadamente da existência de *alguém* da época da ditadura que faria uma série de revelações e que, depois de muita insistência de sua parte, lhe revelaram o nome e pediram para que a mesma levasse a pauta a Alberto Dines e depois de muitas conversas e avaliações resolveram checar a história. Já Zezé Sack nos contou sobre a pesquisa que fez para finalmente chegar a ele, primeiro por meio dos jornais e jornalistas capixabas até conseguir seus contatos pessoais. Ela lembrou que “[...] era assim tudo muito meio escondido, um labirinto para chegar a ele. Mas conseguimos chegar. E isso foi resolvido tudo em três dias e o Dines embarcou no dia seguinte para Vitória” (Zezé Sack, 2019). Ambas afirmaram que essa primeira entrevista foi bastantecomentada na mídia e, portanto,

[...] foi um programa muito importante na história do Observatório, pela repercussão, pela atualidade, pelo frescor, pela forma como Dines tentou entender aquele assunto complexo. E hoje, a gente consegue ver, com o distanciamento do tempo, como aquelas feridas de fato não estavam cicatrizadas, né? Naquela época parecia muito passado, hoje a gente vê que não é bem passado, né? Que a coisa tá aí. (Lília Diniz, 2019).

A fala da entrevistada nos mostra, portanto, que havia um interesse em situar o assunto, relacionando-o com o início dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. Já a respeito da segunda entrevista em 2014, e sua participação em “Chumbo Quente”, ficou notório que, com a aproximação da efeméride dos 50 anos do golpe, para o OI este seria, então, um personagem que deveria ser entrevistado novamente e falar sobre a ditadura, visto que já havia deposto na CNV e, desse modo, estava em evidência. Nas palavras de Lília Diniz (2019), o apresentador do programa, Alberto Dines:

[...] tinha a preocupação de guardar pra história, de fazer coisas mais robustas, mas não perder o calor. [...] Na verdade, no fundo, ele era um jornalista mesmo do *Hard News*. Então ele queria dar ao Cláudio Guerra a importância, que ele tava ‘quente’, mas ele tinha que ter todo o cuidado de entender quem era Cláudio Guerra, por que ele demorou tanto pra falar aquilo tudo. (Lília Diniz, 2019, grifo nosso).

O *Hard News* é uma expressão em inglês para designar um tipo de jornalismo em que o próprio *acontecimento em si* que se faz relevante por pertencer ao âmbito do interesse público. Sendo assim, contar a história de Cláudio Guerra novamente se fazia mais do que necessário para Alberto Dines. Não temos como precisar a data de realização da entrevista, mas a sua exibição em setembro de 2014 afirma esse lugar,

visto a proximidade da conclusão dos trabalhos da CNV, naquele momento. Inclusive, o próprio apresentador fez questão de enfatizar a pressa de Cláudio Guerra em falar dada a essa finalização do prazo. Desse modo, pela relevância desse sujeito, um trecho da entrevista acabou sendo utilizado na produção de “Chumbo Quente”.

Por último, lembramos que em 2019 o Ministério Público Federal (MPF), a pedido da Comissão Nacional da Verdade, realizou perícias em locais indicados por Cláudio Guerra e concluiu que suas revelações, principalmente sobre incineração de corpos, são plausíveis. Em abril de 2021, uma Ação Civil Pública promovida pelo MPF condenou Cláudio Guerra a ressarcir a União pelo pagamento da indenização que esta fez em 1996 à família de Nestor Vera, dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e liderança sindicalista do campo, assassinado em 1975 por Cláudio Guerra em Belo Horizonte. Até 2012, Vera era dado como desaparecido, sendo elucidado o caso somente após o lançamento de *Memórias de uma Guerra Suja*, em que o ex-delegado conta em detalhes como lhe deu um tiro de misericórdia, após este ter sido severamente torturado por dois agentes da Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte.

Considerações Finais

Tentamos demonstrar neste recorte de pesquisa dois aspectos para a compreensão da importância e modos de lidar com os testemunhos na contemporaneidade, especialmente no que tange a períodos autoritários e seus desdobramentos. Desse modo, primeiramente a série “Chumbo Quente” sendo compreendida como uma tentativa da construção de uma História Oral, feita por jornalistas, a partir dos testemunhos audiovisuais com o registro em imagens. Ao mesmo tempo a História Oral temática serviu de embasamento para a investigação de como ocorreu essa construção, por meio das entrevistas com as jornalistas integrantes do programa Observatório da Imprensa.

Sobre os sentidos dos testemunhos apresentados aqui, com o sentido da reparação e justiça, os depoimentos de Hildegard Angel e Lygia Jobim denotam a importância do trabalho contínuo de familiares de mortos e desaparecidos, vítimas da última ditadura, na disputa pela memória e contra o esquecimento. São portanto agentes empreendedores da memória no sentido proposto por Elizabeth Jelin, atuando para a promoção da justiça, mas também para a elaboração do luto inacabado por anos de impunidade e incertezas.

Por último, acerca da ação do MPF em 2021 em relação a Cláudio Guerra, questionamos até que ponto esta, embora imbuída do sentido de justiça, não é mais um dos atos que contribuem para que muitos daqueles que estão na situação semelhante à do ex-delegado do Dops fiquem em silêncio e guardem para sempre o que sabem? Afinal, seu depoimento contribuiu para que as circunstâncias de vários crimes fossem esclarecidas.

O confronto com esse passado teve sua última culminância nos 50 anos do golpe, demonstrando que os testemunhos atuam como agentes desse passado que não passa e cujo presente atua continuamente. Dado tudo que presenciamos nos últimos anos em nosso país, questionamos sobre o que esperar desse embate chegados os 60 anos do golpe de 1964 que culminou na última ditadura brasileira.

Referências

ARÓSTEGUI, Julio. *La Historia vivida: sobre la historia del presente*. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Brasília: CNV, 2014a. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, 1).

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório: textos temáticos*. Brasília: CNV, 2014b. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, 2).

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Mortos e desaparecidos políticos*. Brasília: CNV, 2014c. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, 3).

CARVALHO FILHO, Luís Francisco da Silva. Pedido de reconsideração do processo de Zuzu Angel. In: TELES, Janaína (Org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* 2. ed. São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP, 2001. p. 345-362.

CHUMBO QUENTE III – OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. *TV Brasil*, 27 jan. 2015. (50 min.). Disponível em: www.youtube.com/watch?v=-8DLidPG49g&t=69s . Acesso em: 15 abr. 2024.

GUERRA, Cláudio; NETTO, Marcelo; MEDEIROS, Rogério. *Memórias de uma Guerra Suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos da memória*. Madrid; Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução Rosa Freire d'Águiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

Fontes orais

SACK, Zezé [74 anos]. [fev. 2019]. Entrevistadora: Polliana Moreno dos Santos. Rio de Janeiro, RJ, 12 e 18 fev. 2019.

DINIZ, Lília [47 anos]. [nov. 2019] Entrevistadora: Polliana Moreno dos Santos. Rio de Janeiro, RJ, 9 nov. 2019.

Recebido em 10/12/2023

Versão final reapresentada em 18/03/2024

Aprovado em 09/04/2024

Fonte de Financiamento: Universidade do Estado da Bahia (Uneb).

Conflito de Interesses: nada a declarar.